

le ne fay rien  
sans

**Gayeté**

*(Montaigne, Des livres)*

Ex Libris  
José Mindlin



# PROTESTO

CONTRA

## O ACTO DO PARLAMENTO BRITANNICO,

SANCCIONADO EM 8 DE AGOSTO DO CORRENTE ANNO,

QUE SUBJEITA OS NAVIOS BRAZILEIROS,

que fizerem o trafico de escravos,

AO

Alto Tribunal do Almirantado e a qualquer tribunal de Vice-Almirantado

DENTRO DOS DOMINIOS DE SUA MAGESTADE BRITANNICA.



RIO DE JANEIRO,

TYP. IMP. E CONST. DE J. VILLENEUVE E COMP.,

rua do Ouvidor, n. 65.

1845.



# PROTESTO.

---

RIO DE JANEIRO.— MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS, EM 22  
DE OUTUBRO DE 1845.

Sua Magestade o Imperador do Brazil, meu augusto soberano, soube com a mais profunda magoa que foi approved e sancionado como lei por S. M. a rainha da Grão-Bretanha no dia 8 do mez de agosto do corrente anno, um acto do parlamento em virtude do qual se confere ao alto tribunal do almirantado e a qualquer tribunal de vice-almirantado de S. M. B., dentro dos seus dominios, o direito de tomar conhecimento, e de proceder á adjudicação de qualquer navio com bandeira brasileira que fizer o trafico de escravos em contravenção da Convenção de 23 de novembro de 1826, e que fôr detido e capturado por qualquer pessoa ao serviço de sua dita magestade.

O enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. o Imperador do Brazil na côrte de Londres, logo que este acto foi apresentado no parlamento pelo governo britannico, protestou contra elle, como era do seu dever, por meio da nota inclusa por copia que com a data de 25 de julho deste anno diriglo a lord Aberdeen, principal secretario de estado de S. M. B. na repartição dos negocios estrangeiros.

Sua Magestade o Imperador, a quem foi presente o protesto feito pelo seu enviado extraordinario e ministro plenipotenciario na côrte de Londres, ordenou ao abaixo assignado, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, que approvasse e ratificasse o dito protesto; e fizesse, além disto, uma exposição e analyse mais circumstanciadas dos factos e do direito que tem o governo imperial para pronunciar-se com toda a energia que dá a consciencia da justiça contra um acto que tão directamente invade os direitos de soberania e independencia do Brazil, assim como os de todas as nações. Tal é a ordem que o abaixo assignado passa desde já a satisfazer.

Pelo tratado de 22 de janeiro de 1815, o governo do reino-unido de Portugal, Brazil e Algarves obrigou se a abolir o commercio de escravos ao norte do Equador, « e a adoptar, de accordo com a Grão-Bre-

« tanha, aquellas medidas que me'hor podessem contribuir para effec-  
« tiva execução do ajuste precedente, reservando para um tratado se-  
« parado o periodo em que o commercio de escravos houvesse de ces-  
« sar universalmente, e de ser prohibido em todos os dominios portu-  
« guezes. »

Para preencher fielmente e em toda a sua extensão as obrigações contrahidas pelo tratado de 22 de janeiro de 1815, teve lugar a Convenção adicional de 28 de julho de 1817.

Nesta Convenção estabeleceu-se, entre outras providencias, o direito de visita e de busca, e a criação de commissões mixtas para julgarem os apresamentos feitos pelos cruzadores das altas partes contractantes, tendo sido assignadas na mesma data pelos plenipotenciarios dos dous governos as instrucções por que devião dirigir-se os cruzadores, e o regulamento por que devião guiar-se as commissões mixtas.

No mesmo anno de 1817 foi assignado em Londres, aos onze dias do mez de setembro, e depois competentemente ratificado pelo governo portuguez, um artigo separado, pelo qual se concordou em que, logo depois da abolição total do trafico de escravos, as duas altas partes contractantes convirião em adaptar, de commum accordo, ás novas circumstancias as estipulações da Convenção adicional de 28 de julho do mesmo anno, e accrescentou se que, quando não fosse possivel concordar em outro ajuste, a dita Convenção adicional ficaria valida até a exploração de 15 annos contados desde o dia em que o trafico de escravos fosse totalmente abolido.

Pelo art. 1.º da Convenção celebrada entre o Brazil e a Grão-Bretanha no dia 23 de novembro de 1826, e ratificada no dia 13 de março de 1827, estabeleceu-se que, « acabados tres annos depois da troca das ratifica-  
« ções, não seria mais lícito aos subditos do Imperio do Brazil fazer o  
« commercio de escravos na Costa d'Africa, debaixo de qualquer pre-  
« texto ou maneira que fosse, e que a continuação deste commercio  
« feito depois da dita época por qualquer pessoa subdita de S. M. Im-  
« perial seria considerado e tratado como pirataria. »

Pelo art. 2.º da referida Convenção concordarão as altas partes contractantes em adoptar e renovar, como se fossem inseridos palavra por palavra na mesma Convenção, todos os artigos e disposições dos tratados concluidos entre S. M. Britannica e el rei de Portugal sobre este assumpto em 22 de janeiro de 1815 e 28 de julho de 1817, e os varios artigos explicativos que lhe tinhão sido addicionados.

Sendo uma das Convenções assim adoptadas e renovadas pelo art. 2.º da Convenção de 1826, a de 28 de julho de 1817, que tinha estabelecido o direito de visita e busca e creado as commissões mixtas, e sendo um dos artigos explicativos tambem adoptados e renovados pela dita Con-



venção de 1826, o artigo separado de 11 de setembro do mesmo anno, conforme o qual aquellas medidas devião cessar depois de 15 annos contados desde o dia em que o trafico de escravos fosse totalmente abolido, evidente é que o direito de visita e busca exercido em tempo de paz pelos cruzadores britannicos contra embarcações brazileiras, e as commissões mixtas creadas para julgarem as presas feitas pelos ditos cruzadores britannicos ou pelos brazileiros, devião expirar no dia 13 de março de 1845, por ser ésta a época em que terminavão os 15 annos depois de abolido totalmente o trafico de escravos, pelo art. 1º da Convenção celebrada em 23 de novembro de 1826, e ratificada em 13 de março de 1827.

Foi a expiração deste prazo, e com ella a das medidas estipuladas na Convenção addicional de 28 de julho de 1817, tudo quanto o governo de Sua Magestade o Imperador do Brazil notificou ao de Sua Magestade Britannica, por intermedio do seu enviado extraordinario e ministro plenipotenciario nesta cõrte, em nota de 12 de março do corrente anno, accrescentando que, assim como se havia concordado em dar o espaço de seis mezes aos navios brazileiros empregados no trafico para se recolherem livremente aos portos do Imperio, uma vez que tivessem deixado as costas d'África até o dia 13 de março de 1830, não duvidaria o governo imperial concordar em que as commissões mixtas brazileiras e inglezas continuassem ainda por seis mezes, que deverião acabar em 13 de setembro para o unico fim de concluir os julgamentos dos casos pendentes, e daquelles que por ventura tivessem occorrido até o mencionado dia 13 de março deste anno.

Culpa não foi do governo imperial se antes da expiração do prazo de quinze annos, acima mencionado, não foi possivel obter-se um accordo justo e razoavel entre o mesmo governo imperial e o da Grão-Bretanha, para adaptar ás novas circumstancias da abolição total do trafico as medidas estabelecidas na Convenção addicional de 28 de julho de 1817.

É uma verdade incontestavel que no anno de 1835, assim como nos de 1840 a 1842, o governo imperial prestou se sempre com o mais decidido ardor a diversas negociações propostas pelo governo de Sua Magestade Britannica.

Se nenhuma destas negociações pôde concluir-se nem ratificar se, a razão foi porque o governo imperial vio-se collocado na alternativa, ou de recusar se, máo grado seu, a taes negociações, ou de subscrever a completa ruina do commercio licito de seus subditos, que aliás deve zelar e proteger. A escolha não podia ser duvidosa a um governo que tivesse consciencia dos seus deveres.

Com effeito, todas as propostas que durante aquelle espaço de tem-

po forão offerecidas pelo governo britannico , continhão, além de outros defeitos capitaes, o de estabelecerem differentes casos, cada um dos quaes, só por si, devia considerar-se como prova *primá facie* para poder qualquer navio ser condemnado como suspeito de empregar-se effectivamente no trafico de escravos.

Alguns destes casos, como por exemplo a simples existencia de duas caldeiras , posto que cada uma dellas, de tamanho ordinario, a bordo de um navio, não poderião, sem violação das regras mais vulgares de direito, reputar-se nem sequer como indicios remotissimos de que o navio se destinava ao trafico ; entretanto, nos termos das propostas, cada um destes casos autorisaria , só por si, a condemnação do navio e de toda a carga, com prejuizo e total destruição do commercio licito dos subditos brasileiros.

Foi isto o que o governo imperial declarcu e fez sentir ao de Sua Magestade Britannica em notas de 8 de fevereiro e 20 de agosto de 1841, e de 17 de outubro de 1842.

No meio de tão exageradas pretensões, não se esquecia comtudo o governo imperial de propôr pela sua parte ao da Grão-Bretanha as medidas que na sua opinião poderião conciliar a repressão do trafico com os interesses do commercio licito dos seus subditos, tendo offerecido no anno de 1841 um contra projecto com todas as clausulas adequadas ao duplo fim que o governo imperial viva e sinceramente procurava obter.

Infelizmente a discussão deste contra-projecto não pôde progredir, e o motivo foi por não estar o ministro de Sua Magestade Britannica munido dos plenos poderes que erão necessarios, como declarou o ministro dos negocios estrangeiros do imperio em notas de 26 de agosto de 1841 e 17 de outubro de 1842.

Sem embargo porém de não ter o governo imperial, pelos justos motivos que se tem exposto, acquiescido ás propostas offerecidas pelo governo da Grão Bretanha, muitos navios brasileiros forão, contra as instrucções e o regulamento annexos á Convenção de 28 de julho de 1817, e de conformidade com as bases em que assentavão as propostas, capturados pelos cruzadores britannicos, e julgados boas presas pelos commissarios juizes da mesma nação, como suspeitos de empregar-se no commercio illicito de escravos ; e posto que repetidas reclamações tenham sido feitas pelo governo imperial, contra a violação irrogada por taes actos aos tratados e convenções entre os dous governos, a nenhuma dellas se tem feito ainda devida e completa justiça.

É pois fóra de duvida que o acto communicado ao governo de Sua Magestade Britannica , em a nota de 12 de março do corrente anno, sem contrariar o vivo empenho do governo imperial em reprimir o

trafco de escravos africanos, não foi mais do que a expressão fiel dos tratados e Convenções entre o governo do Brazil e o de Sua Magestade Britannica.

Tendo cessado, como é evidente, entre o governo imperial e o da Grão-Bretanha as estipulações especiaes que autorisavão o direito de visita e busca em tempo de paz e os tribunaes mixtos para julgarem as presas, era indispensavel, para que taes medidas fossem restabelecidas ou substituidas por outras, o accordo de novos compromissos entre os dous governos.

Princípio é de direito das gentes que nenhuma nação pôde exercer acto algum de jurisdicção sobre a propriedade e os individuos no territorio de outra.

A visita e busca no alto mar, em tempo de paz, assim como os julgamentos, são, mais ou menos, actos de jurisdicção. Aquelle direito, além disto, é exclusivamente um direito belligerante.

Entretanto, não obstante a evidencia destes principios, o governo de Sua Magestade Britannica, em virtude da lei sancionada no dia 8 do mez de agosto por Sua Magestade a Rainha, não hesitou em reduzir a acto a ameaça que anteriormente tinha feito por nota do seu enviado extraordinario e ministro plenipotenciario nesta côrte, datada de 23 de julho do mesmo anno, submettendo os navios brasileiros que se occuparem no trafco de escravos aos seus tribunaes do almirantado e vice-almirantado.

Neste acto que acaba de passar como lei, impossivel é deixar de reconhecer esse abuso injustificavel da força que ameaça os direitos e regalias de todas as nações livres e independentes.

Reprodução é este acto de outro semelhante de que Portugal foi victima no anno de 1839, e que tambem passou como lei, a despeito da opposição de um dos homens de estado mais eminentes da Inglaterra, o duque de Wellington, que o impugnára na camara dos lords na sessão de 11 de agosto de 1839, referindo-se principalmente ao direito de visita e busca em tempo de paz.

Se esta violencia se cohonesta actualmente com o grande interesse de reprimir o trafco de escravos, inquestionavel é que os fins não podem justificar a iniquidade dos meios que se empregão, nem será para admirar que, sob pretexto de outros interesses que possão crear-se, a força e a violencia venhão a substituir, no tribunal das nações mais fortes, os conselhos da razão e os principios do direito publico universal, sobre os quaes devem repousar a paz e a segurança dos Estados.

Para justificar o acto legislativo que confere aos tribunaes inglezes jurisdicção para conhecerem dos navios brasileiros que por acaso sejam apprehendidos no trafco de escravos, o governo britannico invoca o

artigo 1º da Convenção que em 23 de novembro de 1826 foi celebrada entre o Brazil e a Grão-Bretanha, e que aboliu o trafico de escravos na Costa d'Africa.

Este artigo, porém, muito longe está de poder autorisar o direito que usurpa e se arroga o governo britannico.

Neste artigo a duas condições se obriga o governo imperial: 1ª, a prohibir aos subditos brasileiros e a abolir inteiramente o commercio de escravos africanos, tres annos depois de trocadas as ratificações, isto é, depois de 13 de março de 1830; 2ª, a considerar e a tratar este commercio feito pelos subditos brasileiros como pirataria.

Quanto á primeira obrigação que o governo imperial se impóz, nenhuma contestação ha nem pôde haver.

Pelo que pertence á segunda obrigação, é claro que a intervenção que o governo britannico pôle ter a respeito do trafico feito por subditos do Imperio, deve reduzir se unicamente a exigir do governo imperial a exacta e pontual observancia do tratado; além disto, nada mais pôde competir-lhe.

A letra do sobredito artigo 1º da Convenção só comprehende os subditos brasileiros e o trafico illicito que estes possam exercer.

Ninguém contesta que os crimes commettidos no territorio de uma nação só podem ser punidos pelas autoridades della, e outrosim que se reputão parte do territorio de uma nação os seus navios, para o effeito, entre outros, de serem punidos por suas leis os crimes que nelles sôem perpetrados.

Absurdo fôra reconhecer no governo britannico o direito de punir subditos brasileiros nas suas pessoas ou na sua propriedade, por crimes commettidos no territorio do Imperio, sem muito expressa, clara e positiva delegação deste direito, feita pelo soberano do Brazil ao da Grão-Bretanha.

Onde está no tratado esta delegação clara e positiva?

Subentender, a titulo de interpretação, a delegação de um poder soberano que não se acha expressa, seria quebrantar o primeiro preceito da arte de interpretar, e é, que não é permittido interpretar o que não precisa de interpretação.

Quando um acto está concebido em termos claros e precisos, quando o seu sentido é manifesto e não conduz a absurdo algum, nenhuma razão ha para recusar-se ao sentido que semelhante acto apresenta naturalmente. Recorrer a conjecturas estranhas para restringi-lo ou amplia-lo é o mesmo que querer illudi-lo.

Accresce a isto que, subentender no caso de que se trata, a delegação de um poder soberano feita pelo governo imperial ao da Grão-Bretanha sem que igual delegação fosse feita pelo governo da Grão-Bretanha

aó governo imperial, contraviria, se alguma obscuridade houvesse no artigo, a outro preceito que se recommenda como regra de interpretar, e vem a ser, que tudo o que tende a destruir a igueldade de um contracto, é odioso, e neste caso é necessario tomar as palavras no sentido o mais restricto para desviar as consequencias onerosas do sentido proprio e litteral ou o que elle contém de odioso.

O espirito da segunda parte da Convenção de 23 de novembro de 1826 não favorece mais as pretensões que tem o governo britannico de fazer julgar pelos seus tribunaes do almirantado e vice-almirantado os navios brasileiros suspeitos de empregar-se no trafico de escravos.

O trafico é no referido artigo equiparado a pirataria, sómente por uma ficção de direito, e sabido é que as ficções de direito não produzem outro effeito além daquelle para que são estabelecidas.

Em verdade, o trafico não é tão facilmente exercido como o roubo no mar; não ha tanta difficuldade em descobrir e convencer aos seus agentes como aos piratas; em uma palavra, o trafico não ameaça o commercio maritimo de todos os povos como a pirataria.

Daqui vem que as penas impostas aos traficantes de escravos não podem, sem a nota de tyrannicas, ser tão severas como as que todas as nações impoem aos piratas.

Esta verda de a mesma Inglaterra a tem reconhecido nos tratados que tem conseguido celebrar com outras nações, com o fim de supprimir o trafico; em quasi todos elles tem sido estipulado que as penas do trafico não sejam as mesmas que as da pirataria propriamente dita.

Tanto é certo não ser a pirataria a que se refere o artigo 1º da Convenção do 1826, aquella de que trata o direito das gentes, que as duas altas partes contractantes julgarão indispensaveis as estipulações contidas nos artigos 2º, 3º e 4º.

Se a Inglaterra se tivesse considerado autorisada pelo art. 1º a capturar e a julgar nos seus tribunaes os Brasileiros e seus navios empregados no trafico, não procuraria pelos mencionados artigos autorisação especial para visitas, buscas e captura desses navios, julgamento por commissões mixtas, e outras medidas adoptadas no mesmo sentido.

Nem é concebivel como possa o trafico ser considerado hoje pirataria, segundo o direito das gentes, quando ainda no anno de 1807 affirmava lord Eldon no parlamento britannico — *que o trafico tinha sido sancionado por parlamentos em que tinham assento os jurisconsultos mais sabios, os theologos mais esclarecidos, e os homens de estado mais eminentes*; quando lord Hawksbury, depois conde de Liverpool, propunha que as palavras — *inconsistente com os principios de justiça e humanidade* — fossem riscadas do preambulo da lei que abolio o trafico de escravos; quando emfim o conde de Westmoreland declarava — *que, ainda que*

*elle visse os presbiteros e os prelados, os methodistas e os pregadores do campo, os jacobinos e os assassinos reunidos em favor da medida da abolição do trafico de escravos, elle havia de levantar bem alto a sua voz contra ella no parlamento.*

Não é concebivel como possa o trafico ser considerado hoje pirataria, segundo o direito das gentes, quando não ha muitos annos ainda a mesma Inglaterra não se reputava infamada em negociar em escravos africanos, e quando outras nações cultas ainda hã bem pouco tempo proscrevêrão esse trafico.

Escravos Indios conserva presentemente a Grão Bretanha.

Russia França, Hespanha, Portugal, Estados-Unidos da America do Norte, Brazil, e outras potencias, ainda não abolirão a escravidão.

Obvio é portanto que factos que tantas nações praticão actualmente, e que ainda não ha muitos annos erão praticados por todo o mundo, não serão com justiça considerados pirataria senao en're povos que como tal os classificarem expressamente nos seus tratados

Se o trafico de Africanos não é a pirataria do direito das gentes, se pela Convenção de 23 de novembro de 1826 o Brazil não outorgou á Inglaterra o direito de punir e julgar como pirataria os subditos brasileiros e sua propriedade suspeitos de se empregarem no trafico, é evidente que a Inglaterra não pôde exercer um tal direito pelos seus tribunaes, sem offensa da soberania e independencia da nação brasileira.

Nem até o presente o governo britannico se tem considerado investido de semelhante direito contra os subditos brasileiros pelo crime de traficarem em Africanos; muito pelo contrario expressamente tem elle reconhecido incompetentes os seus tribunaes para taes julgamentos.

Na correspondencia havida entre o governo imperial e a legação britannica de 31 de outubro de 1843 e de outras datas, que teve lugar por occasião de ser detido a bordo da escuna *Tartaruga* o subdito brasileiro Manoel José Madeira, mandado para o Cabo da Boa Esperança por ter sido apprehendido a bordo da Jita escuna, que se disse occupada no trafico prohibido, declarou o ministro de Sua Magestade Britannica nesta côrte, em nota de 12 de novembro do dito anno, que este individuo, assim como os que se achavão a bordo da *Tartaruga*, tinhão sido conduzidos para o Cabo da Boa Esperança porque talvez fosse precisa a sua presença, quando tivesse de ser julgado aquelle navio pelo tribunal do vice almirantado, como testemunhas e meio de se verificarem os actos de pirataria

E com effeito, apenas foi julgado o referido barco, voltou aquelle Madeira com os outros; o que tudo consta da citada correspondencia official.

Que esta seja a intelligencia que deve dar-se ao tratado de 23 de novembro de 1826, mais se evidencia conferindo-se o citado artigo 1º com os tratados que a Inglaterra tem celebrado com todas as nações sobre este objecto.

Facil é consultar os tratados feitos com a Republica Argentina em 24 de maio de 1839, com a Bolivia em 25 de setembro de 1840 artigos additionaes da mesma data e annexos; com o Chile em 19 de janeiro de 1839, artigos additionaes da mesma data e annexos; com o Haiti em 23 de dezembro de 1839; com o Mexico em 24 de fevereiro de 1841, artigos additionaes da mesma data, com Texas em 16 de novembro de 1841, annexos, e declaração assignada em Washington em 16 de fevereiro de 1844; com o Uruguay em 13 de junho de 1839, artigos additionaes da mesma data e annexos; e com Venezuela em 15 de março de 1839.

Reconhecer-se-ha desde logo em cada um destes tratados que ambas as partes contractantes se compromettem a concertar e a estabelecer, por meio de Convenções, os pormenores das medidas conducentes a que a lei da pirataria que então se fizer applicavel ao dito trafico, segundo a legislação dos respectivos paizes, seja immediata e reciprocamente posta em execução relativamente aos barcos e subditos de cada uma.

Se bastasse considerar se o trafico pirataria para o effeito de serem os individuos e sua propriedade julgados pelos tribunaes das nações que os apprehendessem, escusado era em todos os sobreditos actos não só declara lo pirataria, mas comprometter-se além disto cada uma das partes contractantes a fazer leis especiaes, e a punir os subditos ou cidadãos criminosos no trafico, segundo essas leis.

Se pela simples declaração de ser pirataria o trafico de escravos, não forão os subditos brazileiros esbulhados com a sua propriedade do direito de serem julgados pelas autoridades do seu paiz, tambem não ficarão os seus navios sujeitos a visitas, buscas e capturas pelos cruzadores inglezes.

Já se mostrou que o direito das gentes não reconhece o direito de visita e busca no alto mar em tempo de paz. Os tribunaes inglezes assim o tem por vezes reconhecido, como aconteceu no caso do navio francez *Louis*, capturado no anno de 1820 na costa d'África, por se occupar no trafico de escravos, declarando-se que tal captura era nulla, porque o direito de visita e busca no alto mar não existe em tempo de paz.

Lord Stowell na decisão deste caso allegou como argumento especial que, ainda mesmo admittindo que o trafico estivesse effectivamente prohibido pelas leis municipaes de França, o que era duvidoso, o direito de visita e busca sendo um direito exclusivamente belligerante.

não podia, conforme o direito das gentes, ser exercido em tempo de paz para executar-se aquella prohibição por meio dos tribunaes britannicos, a respeito da propriedade de subditos francezes

Proferindo o julgamento do supremo tribunal do almirantado neste caso, lord Stowell declarou mais que o trafico de escravos, postò que injusto, é condemnado pelas leis municipaes da Inglaterra, não era pirataria, nem era crime á face do direito das gentes absoluto.

Com effeito, se tal direito pertencesse a uma nação, devia igualmente pertencer a todas, causaria males incalculaveis, por ventura a guerra universal.

Que tal direito não, pertence a Inglaterra sobre os navios das outras nações, reconhecem-no, e proclamão-no além disto os proprios tratados que a Inglaterra tem celebrado, porque todos o estipulão expressamente, bem como o estipulárão os de 1815 e 1817, entre Portugal e Inglaterra, os quaes, vigorados pela Convenção de 23 de novembro de 1826 entre a Inglaterra e o Brazil, expirárão no dia 13 de março do corrente anno.

Do que fica exposto e demonstrado, resulta a evidencia de que o acto que passou como lei no parlamento britannico, e foi sancionado pela rainha da Grão Bretanha no dia 8 do mez de agosto do corrente anno sob o pretexto de levar-se a effeito as disposições do art. 1º da Convenção celebrada entre as corôas do Brazil e da Grão Bretanha em 23 de novembro de 1826, não pôde fundar se nem no texto nem no espirito do referido artigo, com raria os principios mais claros e positivos do direito das gentes, e por ultimo attenta contra a soberania e independencia do Brazil, assim como de todas as nações.

Portanto, o abaixo assignado, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, em nome e por ordem de S. M. o Imperador seu augusto soberano, protesta contra o referido acto, como evidentemente abusivo, injusto e attentatorio dos direitos de soberania e independencia da nação brasileira, não reconhecendo nenhuma de suas consequencias senão como effeitos e resultados da força e da violencia, e reclamando desde já por todos os prejuizos, perdas e danos que se seguirem ao commercio licito dos subditos brasileiros, a quem as leis promettem e Sua Magestade o Imperador deve constante e efficaz protecção.

O governo imperial, sem embárgo disto, antepoendo a quaesquer outras considerações os sentimentos generosos de justiça e philanthropia que o animão e dirigem em todos os actos, continuará a empenhar os seus esforços na repressão do trafico de escravos, segundo as leis do paiz, e muito desejará que o governo de Sua Magestade Britannica acceda a um accordo que, respeitando os interesses do commercio licito



dos subditos brasileiros , obtenha o desejado fim de pôr termo áquelle trafico, que todos os governos illustrados e christãos deplorão e condemnão.

O abaixo assignado, de ordem de Sua Magestade o Imperador , seu augusto soberano , transmiçte este protesto ao Sr. Hamilton-Hamilton, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de Sua Magestade Britannica, afim de que haja de leva-lo ao conhecimento do seu governo, e prevalece-se desta mesma occasião para reiterar-lhe as expressões de sua perfeita estima e distincta consideração.

ANTONIO PAULINO LIMPO DE ABREU.



# PROTÊT

CONTRE

## L'ACTE DU PARLEMENT BRITANNIQUE,

SANCTIONNÉ LE 8 AOUT DE L'ANNÉE COURANTE,

### QUI DÉCLARE LES NAVIRES BRÉSILIENS

s'employant à la traite

justiciables du Haut Tribunal de l'Amirauté et de tout autre tribunal  
de Vice-Amirauté

DANS LES DOMAINES DE SA MAGESTÉ BRITANNIQUE.



RIO DE JANEIRO,

TYP. IMP. ET CONST. DE J. VILLENEUVE ET COMP. ,

rue do Ouvidor, n. 65.

1845.



# PROTÊT.

---

RIO DE JANEIRO. — MINISTÈRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES,  
22 OCTOBRE 1845.

Sa Majesté l'Empereur du Brésil, mon auguste souverain, a appris avec la plus profonde peine que Sa Majesté la Reine de la Grande-Bretagne avait approuvé et sanctionné, le 8 du mois d'août de l'année courante, un acte du Parlement en vertu duquel est conféré au haut tribunal de l'amirauté, et à tout tribunal de vice-amirauté de Sa Majesté Britannique, dans ses domaines, le droit de prendre connaissance et de faire l'adjudication de tout bâtiment, sous pavillon brésilien ; faisant la traite des noirs en contravention à la convention du 23 novembre 1826, qui serait détenu et capturé par toute personne au service de Sa dite Majesté.

Dès que cet acte fut présenté au parlement par le gouvernement britannique, l'envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de Sa Majesté l'Empereur du Brésil près la cour de Londres protesta, comme c'était son devoir, par une note (dont copie incluse) datée du 25 juillet de cette année, et adressée par lui à lord Aberdeen, principal secrétaire d'état de Sa Majesté Britannique au département des affaires étrangères.

Sa Majesté l'Empereur, ayant pris connaissance du protêt fait par son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire près la cour de Londres, a ordonné au soussigné, ministre et secrétaire d'état des affaires étrangères, d'approuver et ratifier ledit protêt, et de faire, en outre, un exposé et une analyse plus détaillés des faits et du droit qu'a le gouvernement impérial de se prononcer, avec toute l'énergie que peut donner la conscience de la justice, contre un acte qui usurpe si directement les droits de souveraineté et d'indépendance du Brésil, ainsi que ceux de toutes les nations. Tel est l'ordre que le soussigné s'empresse d'exécuter.

Par le traité du 22 janvier 1815, le gouvernement du royaume uni de Portugal, Brésil et Algarves, s'est engagé à abolir la traite des noirs



# PROTÊT.

---

RIO DE JANEIRO. — MINISTÈRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES,  
22 OCTOBRE 1845.

Sa Majesté l'Empereur du Brésil, mon auguste souverain, a appris avec la plus profonde peine que Sa Majesté la Reine de la Grande-Bretagne avait approuvé et sanctionné, le 8 du mois d'août de l'année courante, un acte du Parlement en vertu duquel est conféré au haut tribunal de l'amirauté, et à tout tribunal de vice-amirauté de Sa Majesté Britannique, dans ses domaines, le droit de prendre connaissance et de faire l'adjudication de tout bâtiment, sous pavillon brésilien, faisant la traite des noirs en contravention à la convention du 23 novembre 1826, qui serait détenu et capturé par toute personne au service de Sa dite Majesté.

Dès que cet acte fut présenté au parlement par le gouvernement britannique, l'envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de Sa Majesté l'Empereur du Brésil près la cour de Londres protesta, comme c'était son devoir, par une note (dont copie incluse) datée du 25 juillet de cette année, et adressée par lui à lord Aberdeen, principal secrétaire d'état de Sa Majesté Britannique au département des affaires étrangères.

Sa Majesté l'Empereur, ayant pris connaissance du protêt fait par son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire près la cour de Londres, a ordonné au soussigné, ministre et secrétaire d'état des affaires étrangères, d'approuver et ratifier ledit protêt, et de faire, en outre, un exposé et une analyse plus détaillés des faits et du droit qu'a le gouvernement impérial de se prononcer, avec toute l'énergie que peut donner la conscience de la justice, contre un acte qui usurpe si directement les droits de souveraineté et d'indépendance du Brésil, ainsi que ceux de toutes les nations. Tel est l'ordre que le soussigné s'empresse d'exécuter.

Par le traité du 22 janvier 1815, le gouvernement du royaume uni de Portugal, Brésil et Algarves, s'est engagé à abolir la traite des noirs

au nord de l'Équateur, et à adopter, d'accord avec la Grande-Bretagne, les mesures les plus convenables pour rendre effective l'exécution de cette convention, se réservant de fixer par un autre traité l'époque à laquelle la traite devrait cesser universellement et être prohibée dans tous les domaines portugais.

Pour remplir fidèlement et dans toute leur extension les obligations contractées par le traité du 22 janvier 1815, eut lieu la convention additionnelle du 28 juillet 1817.

Dans cette convention furent établis, entr'autres mesures, le droit de visite et la création de commissions mixtes pour juger les prises faites par les croiseurs des hautes parties contractantes; et, sous la même date, les plénipotentiaires des deux gouvernements signèrent les instructions que devaient observer les croiseurs, et le règlement que devaient suivre les commissions mixtes.

Dans cette même année 1817 fut signé à Londres, le 11 du mois de septembre, et ensuite dûment ratifié par le gouvernement portugais, un article séparé, par lequel il fut convenu qu'aussitôt après l'abolition totale de la traite, les deux hautes parties contractantes adapteraient, d'un commun accord, aux nouvelles circonstances, les stipulations de la convention additionnelle du 28 juillet de la même année; et il fut ajouté que, s'il n'était pas alors possible de tomber d'accord pour un nouvel arrangement, ladite convention additionnelle resterait en vigueur jusqu'à l'expiration de quinze ans comptés du jour où la traite serait totalement abolie.

Par l'article 1<sup>er</sup> de la convention célébrée entre le Brésil et la Grande-Bretagne le 23 novembre 1826, et ratifiée le 13 mars 1827, il fut établi que, trois ans après l'échange des ratifications, il ne serait plus permis aux sujets de l'Empire du Brésil de faire la traite sur la côte d'Afrique, sous quelque prétexte et de quelque manière que ce fût, et qu'après cette époque ce trafic, fait par tout sujet de Sa Majesté Impériale, serait considéré et traité comme un acte de piraterie.

Par l'article 2 de la convention précitée, les hautes parties contractantes sont convenues d'adopter et de renouveler, comme si on les avait insérés mot à mot dans la même convention, tous les articles et dispositions des traités conclus entre Sa Majesté Britannique et le Roi de Portugal sur cette matière les 22 janvier 1815 et 28 juillet 1817, ainsi que les divers articles explicatifs qui y avaient été additionnés.

Une des conventions ainsi adoptées et renouvelées par l'article 2 de la convention de 1826 étant celle du 28 juillet 1817, qui avait établi le droit de visite et créé les commissions mixtes, et un des articles explicatif également adoptés et renouvelés par ladite convention de 1826 étant l'article séparé du 11 septembre de la même année, en vertu du-



quel ces mesures devaient cesser après 15 années comptées du jour où la traite serait totalement abolie, il est évident que le droit de visite exercé en temps de paix par les croiseurs britanniques sur les bâtimens brésiliens, et que les commissions mixtes créées pour juger les prises faites par lesdits croiseurs britanniques ou par les croiseurs brésiliens, devaient cesser le 13 mars 1845, puisque c'est à cette époque qu'expiraient les 15 années après l'abolition totale de la traite, stipulée par l'article 1<sup>er</sup> de la convention célébrée le 23 novembre 1826 et ratifiée le 13 mars 1827.

L'expiration de ce terme de 15 années entraînant avec elle la cessation des mesures stipulées par la convention additionnelle du 28 juillet 1817, est la seule notification que le gouvernement de Sa Majesté l'Empereur du Brésil a faite à celui de Sa Magesté Britannique, par l'entremise de son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire dans cette cour, par une note du 12 mars de l'année courante, en ajoutant que, de même qu'on était convenu de donner un délai de six mois aux bâtimens brésiliens employés à la traite pour rentrer librement dans les ports de l'empire, pourvu qu'ils eussent quitté les côtes d'Afrique le 13 mars 1830, le gouvernement impérial serait prêt à consentir à ce que les commissions mixtes, brésiliennes et anglaises, continuassent encore durant six mois, qui devraient expirer le 13 septembre, dans le but unique de conclure le jugement des causes pendantes et de celles qui pourraient s'être présentées jusqu'au susdit 13 mars de cette année.

Ce n'a pas été la faute du gouvernement impérial si avant l'expiration du terme de quinze années, ci-dessus mentionné, il n'a pas été possible d'obtenir un arrangement juste et raisonnable, entre le même gouvernement impérial et celui de la Grande-Bretagne, pour adapter aux nouvelles circonstances de l'abolition totale de la traite les mesures stipulées dans la convention additionnelle du 28 juillet 1817.

Une vérité incontestable, c'est que dans l'année 1835, ainsi que dans celles de 1840 à 1842, le gouvernement impérial s'est prêté avec le plus grand empressement à diverses négociations proposées par le gouvernement de Sa Majesté Britannique.

Si aucune de ces négociations n'a pu être conclue ni ratifiée, c'est que le gouvernement impérial s'est vu placé dans l'alternative, ou de se refuser, bien contre son gré, à ces négociations, ou de souscrire à la ruine complète du commerce licite de ses sujets, qu'il doit au contraire encourager et protéger. Le choix ne pouvait être douteux pour un gouvernement qui a la conscience de ses devoirs.

En effet, toutes les propositions qui, pendant ce laps de temps, ont été faites par le gouvernement britannique, contenaient, sans parler

d'autres défauts essentiels , celui de prévoir différens cas , dont chacun d'eux devait être considéré comme une preuve *prima facie* d'après laquelle tout bâtiment pouvait être condamné comme suspect de faire la traite.

Quelques-uns de ces cas , par exemple l'existence à bord d'un bâtiment de deux chaudières , quoique de dimension ordinaire , ne pourraient pas , sans violation des règles de droit les plus vulgaires , être réputés comme indices , même insignifiants , de ce que le bâtiment se destinait à la traite ; et néanmoins , aux termes des propositions , l'existence d'un seul de ces cas autoriserait la condamnation du bâtiment et de tout son chargement , au préjudice et à la ruine totale du commerce licite des sujets brésiliens.

C'est là ce que le gouvernement impérial a déclaré et a fait sentir au gouvernement de Sa Majesté Britannique par ses notes des 8 février et 20 août 1841 , et 17 octobre 1842.

Au milieu de prétentions si exagérées , le gouvernement impérial n'oubliait pourtant pas de proposer de son côté , au gouvernement de la Grande-Bretagne , les mesures qui , dans son opinion , auraient pu concilier la répression de la traite avec les intérêts du commerce licite de ses sujets , en offrant en 1841 un contre-projet dont toutes les clauses tendaient au double but que le gouvernement impérial cherchait à atteindre avec un désir aussi vif que sincère.

Malheureusement la discussion de ce contre-projet ne put avoir lieu , parce que le ministre de Sa Magesté Britannique n'était pas muni des pouvoirs nécessaires , ainsi que l'a déclaré le ministre des affaires étrangères de l'Empire par ses notes du 26 août 1841 et 17 octobre 1842.

Mais quoique le gouvernement impérial , par les justes motifs qui viennent d'être exposés , n'eût pas acquiescé aux propositions faites par le gouvernement de la Grande-Bretagne , beaucoup de bâtimens brésiliens ont été , contrairement aux instructions et au règlement annexés à la convention du 28 juillet 1817 , et en conformité des bases sur lesquelles portaient ces propositions , capturés par les croiseurs britanniques et jugés bonnes prises par les commissaires-juges de la même nation , comme suspects de se livrer au commerce illicite d'esclaves ; et malgré les réclamations répétées du gouvernement impérial contre de tels actes , qui violent les traités et conventions célébrés entre les deux gouvernemens , il n'a encore été fait à aucune de ces réclamations due et complète justice.

Il est donc hors de doute que l'acte communiqué au gouvernement de Sa Majesté Britannique par la note du 12 mars de cette année , loin d'être en contradiction avec le vif intérêt qu'apporte le gouvernement

impérial à la répression du commerce d'esclaves africains, n'a été que l'expression fidèle des traités et conventions faits entre le gouvernement du Brésil et de celui de Sa Majesté Britannique.

Les stipulations arrêtées entre le gouvernement impérial et celui de la Grande-Bretagne, qui autorisaient le droit de visite en temps de paix et les tribunaux mixtes pour juger les prises, ayant évidemment cessé, il était indispensable, pour que de semblables mesures fussent rétablies ou substituées par d'autres, qu'on s'entendit pour de nouveaux arrangemens entre les deux gouvernemens.

C'est un principe du droit des gens qu'aucune nation ne puisse exercer aucun acte de juridiction sur la propriété et les individus dans le territoire d'une autre.

La visite en pleine mer, en temps de paix, ainsi que les jugemens, constituent plus ou moins des actes de juridiction. Le droit de visite est, en outre, exclusivement un droit belligérant.

Et pourtant, malgré l'évidence de ces principes, le gouvernement de Sa Magesté Britannique, en vertu de la loi sanctionnée le 8 du mois d'août par Sa Magesté la Reine, n'a pas hésité à convertir en acte la menace qu'il avait faite antérieurement par une note de son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire dans cette cour, sous la date du 23 juillet de la même année, en déclarant les bâtimens brésiliens qui s'occuperaient de la traite justiciables de ses tribunaux de l'amirauté et de vice-amirauté.

Dans cet acte, qui vient de recevoir force de loi, il est impossible de ne pas reconnaître cet abus injustifiable de la force qui menace les droits et les prérogatives de toutes les nations libres et indépendantes.

Cet acte est la reproduction d'un autre semblable dont le Portugal a été victime dans l'année 1839, qui a aussi eu force de loi malgré l'opposition d'un des hommes d'état les plus éminens de l'Angleterre, le duc de Wellington, qui l'avait combattu dans la séance du 11 août 1839 à la Chambre des Lords, en s'appuyant principalement sur le droit de visite en temps de paix.

Si cette violence prend actuellement le masque honorable du grand intérêt de la répression de la traite, il est pourtant incontestable que la fin ne peut justifier l'iniquité des moyens employés; et il n'y aura rien d'étonnant à ce que, sous prétexte d'autres intérêts qui peuvent naître à l'avenir la force et la violence viennent à substituer, au tribunal des nations plus fortes, les conseils de la raison et les principes du droit public universel, sur lesquels doivent reposer la paix et la sûreté des états.

Afin de justifier l'acte législatif qui établit la compétence des tribunaux anglais pour juger les bâtimens brésiliens qui viendraient à

être pris en faisant la traite, le gouvernement britannique invoque l'article 1<sup>er</sup> de la convention qui a été célébrée le 23 novembre 1826 entre le Brésil et la Grande-Bretagne, et qui a aboli la traite des noirs sur la côte d'Afrique.

Cet article pourtant est bien loin de pouvoir autoriser le droit qu'usurpe et s'arroge le gouvernement britannique.

Par cet article le gouvernement impérial s'oblige à remplir deux conditions : 1<sup>o</sup> à prohiber aux sujets brésiliens et à abolir entièrement la traite des noirs trois ans après l'échange des ratifications, c'est-à-dire après le 13 mars 1830 ; 2<sup>o</sup>, à considérer et traiter ce commerce, fait par les sujets brésiliens, comme un acte de piraterie.

Quant à la première obligation que le gouvernement impérial s'est imposée, il n'y a ni ne peut y avoir aucune contestation.

Quant à la seconde obligation, il est clair que l'intervention que le gouvernement britannique peut avoir à l'égard de la traite faite par les sujets brésiliens doit se réduire uniquement à exiger du gouvernement impérial l'observation exacte et ponctuelle du traité. Cela seul est de sa compétence.

La lettre du susdit article 1<sup>er</sup> de la convention ne comprend que les sujets brésiliens et le commerce illicite que ceux-ci pourraient faire.

Personne ne conteste que les crimes commis sur le territoire d'une nation ne peuvent être punis que par les autorités de cette nation, ni que l'on considère les bâtimens comme partie du territoire, afin que, sans parler d'autres motifs, les crimes commis à bord d'un navire soient punis par les lois de la nation à laquelle il appartient.

Il serait absurde de reconnaître au gouvernement britannique le droit de punir les sujets brésiliens, dans leurs personnes ou leur propriété, pour des crimes commis sur le territoire de l'empire, sans une délégation très-expresse, très-claire et très-positive de ce droit, faite par le Souverain du Brésil à celui de la Grande-Bretagne.

Où trouve-t-on dans le traité cette délégation claire et positive ?

Sous-entendre, à titre d'interprétation, la délégation d'un pouvoir souverain qui n'est pas expressément formulée, ce serait détruire le premier précepte de l'art d'interpréter, à savoir, qu'il n'est pas permis d'interpréter ce qui n'a pas besoin d'interprétation.

Quand un acte est conçu en termes clairs et précis, quand le sens en est manifeste et ne conduit à aucune absurdité, il n'y a point de raison pour ne pas admettre le sens qu'un tel acte présente naturellement. Recourir à des conjectures qui lui sont étrangères pour le restreindre ou l'amplifier, c'est vouloir l'é luder.

Bien plus, sous-entendre, dans le cas dont il s'agit, la délégation d'un pouvoir souverain faite par le gouvernement impérial à celui

de la Grande-Bretagne, sans qu'une délégation identique ait été faite par le gouvernement de la Grande-Bretagne au gouvernement impérial, ce serait contrevenir s'il pouvait y avoir quelque obscurité dans l'article, à un autre précepte que l'on recommande comme règle d'interprétation, à savoir, que tout ce qui tend à détruire l'égalité dans un contrat est odieux, et qu'en pareil cas il est nécessaire de prendre les mots dans leur sens le plus restreint, pour éviter les conséquences onéreuses du sens propre et littéral, ou ce qu'il contient d'odieux.

L'esprit de la seconde partie de la convention du 23 novembre 1826 ne favorise pas davantage les prétentions du gouvernement britannique à faire juger par ses tribunaux de l'amirauté et de vice-amirauté les bâtimens brésiliens suspects de s'employer à la traite.

La traite, dans l'article en question, n'est assimilée à la piraterie que par une fiction de droit, et il est notoire que les fictions de droit ne produisent aucun autre effet que celui pour lequel elles sont établies.

En effet, la traite n'est pas aussi facile à faire que le vol en pleine mer; il est moins difficile de découvrir et de convaincre les négriers que les pirates; en un mot, la traite ne menace pas le commerce maritime de tous les peuples comme la piraterie.

De là vient que les peines infligées aux négriers ne peuvent pas, sans être taxées de tyranniques, être aussi sévères que celles que toutes les nations infligent aux pirates.

Cette vérité, l'Angleterre elle-même l'a reconnue dans les traités qu'elle est parvenue à conclure avec d'autres nations dans le but de supprimer la traite. Dans presque tous il a été stipulé que les peines de la traite ne seraient pas les mêmes que celles de la piraterie proprement dite.

Il est d'autant plus certain que la piraterie dont parle l'article 1<sup>er</sup> de la convention de 1826 n'est pas la piraterie dont traite le droit des nations, que les deux hautes parties contractantes ont jugé indispensables les stipulations des articles 2, 3 et 4.

Si l'Angleterre s'était considérée comme autorisée par l'article 1<sup>er</sup> à capturer et à faire juger par ses tribunaux les Brésiliens et leurs bâtimens employés à la traite, elle n'aurait pas cherché dans les articles sus-mentionnés l'autorisation spéciale de visiter et de capturer ces bâtimens, de les faire juger par des commissions mixtes, et de recourir à d'autres mesures tendantes au même but.

Il n'est pas concevable que la traite puisse être considérée aujourd'hui comme piraterie selon le droit des gens, lorsque, pas plus loin qu'en 1807, lord Eldon affirmait dans le parlement britannique

que la traite avait été sanctionnée par des parlemens où siégeaient les jurisconsultes les plus sages, les théologiens les plus éclairés et les hommes d'état les plus éminens; quand lord Hawksbury, depuis comte de Liverpool, proposait que les mots—*incompatible avec les principes de justice et d'humanité*—fussent rayés du préambule de la loi qui abolissait l'esclavage; quand enfin le comte de Westmoreland déclarait que, *lors même qu'il verrait tous les presbytériens et les prélats, tous les méthodistes et prédicateurs de campagne, tous les jacobins et tous les assassins réunis en faveur de la mesure de l'abolition de la traite, il n'en élèverait pas moins haut sa voix dans le parlement contre cette mesure.*

Et il n'est pas concevable que la traite puisse être considérée aujourd'hui comme piraterie selon le droit des gens, quand, il y a peu d'années encore, l'Angleterre elle-même ne se regardait pas comme deshonorée par le commerce d'esclaves africains, et quand d'autres nations policées ne l'ont proscrite que dernièrement.

La Grande-Bretagne a encore actuellement des esclaves dans l'Inde.

La Russie, la France, l'Espagne, le Portugal, les Etats-Unis de l'Amérique du Nord, le Brésil et d'autres puissances n'ont pas encore aboli l'esclavage.

Il est donc de toute évidence que des faits que tant de nations pratiquent encore, et qui étaient pratiqués il n'y a que peu d'années par le monde entier, ne seront avec justice considérés comme piraterie que par les nations qui les auront expressément qualifiés comme tels dans leurs traités.

Si la traite n'est pas la piraterie du droit des gens; si, par la convention du 23 novembre 1826, le Brésil n'a pas investi l'Angleterre du droit de punir et de juger comme pirates les sujets brésiliens et leur propriété soupçonnés de s'employer à la traite, il est évident que l'Angleterre ne peut exercer un tel droit par ses tribunaux sans attaquer la dignité et l'indépendance de la nation brésilienne.

Et même, le gouvernement britannique ne s'est pas considéré jusqu'à ce jour comme investi d'un pareil droit contre les sujets brésiliens coupables de faire la traite. Tout au contraire il a expressément reconnu l'incompétence de ses tribunaux pour de tels jugemens.

Dans la correspondance qui a eu lieu entre le gouvernement impérial et la légation britannique le 31 octobre 1843, et sous d'autres dates encore, à l'occasion de la détention, à bord de la goëlette *Tartaruga*, du sujet brésilien Manoel José Madeira, envoyé au Cap de Bonne-Espérance après avoir été pris à bord de ladite goëlette, que l'on disait employée au commerce prohibé, le ministre de Sa Majesté Britannique dans cette cour déclara, par sa note du 12 novem-

bre de ladite année, que cet individu, ainsi que ceux qui se trouvaient à bord de la *Tartaruga*, avaient été conduits au Cap de Bonne-Espérance parce que leur présence serait peut-être nécessaire en qualité de témoins et comme moyen de vérification des actes de piraterie, lorsque cette prise viendrait à être jugée par le tribunal de la vice-amirauté.

En effet, à peine ledit bâtiment fut-il jugé, que le sus-nommé Madeira et les autres revinrent, comme le prouve la correspondance officielle précitée.

Que ce soit là l'intelligence que l'on doit donner au traité du 23 novembre 1826, c'est ce qui ressort avec encore plus d'évidence de la confrontation de l'article 1<sup>er</sup> précité avec les traités que l'Angleterre a conclus avec toutes les nations sur ce même objet.

Il est facile de consulter les traités faits avec la République Argentine le 24 mai 1839; avec la Bolivie le 25 septembre 1840, articles additionnels et annexes de la même date; avec le Chili le 19 janvier 1839, articles additionnels et annexes de même date; avec Haïti le 23 décembre 1839; avec le Mexique le 24 février 1841, articles additionnels de même date; avec le Texas le 16 novembre 1841, annexes et déclaration signée à Washington le 16 février 1844; avec l'Uruguay le 13 juin 1839, articles additionnels et annexes de même date; et avec Venezuela le 15 mars 1839.

On reconnaîtra sur-le-champ, dans chacun de ces traités, que les deux parties contractantes s'engagent à régler et à établir, par des conventions, les détails des mesures tendantes à ce que la loi de piraterie, qui alors deviendra applicable à ladite traite selon la législation des pays respectifs, soit immédiatement et réciproquement mise à exécution vis-à-vis des bâtimens et des sujets de chacun d'eux.

S'il suffisait de considérer la traite comme piraterie pour que les individus et leur propriété fussent jugés par les tribunaux des nations qui les auraient capturés, il eût été inutile dans tous les actes précités, non-seulement qu'on déclarât la traite piraterie, mais encore que chacune des parties contractantes s'engageât à faire des lois spéciales, et à punir les sujets ou citoyens coupables de traite suivant ces lois.

Si, par la simple déclaration que la traite est piraterie, les sujets brésiliens n'ont pas été dépouillés, eux et leur propriété, du droit d'être jugés par les autorités de leur pays, de même leurs navires ne peuvent pas être visités et capturés par les croiseurs anglais.

Déjà il a été démontré que le droit des gens ne reconnaît pas le droit de visite en pleine mer en temps de paix. Les tribunaux anglais l'ont

plusieurs fois reconnu, dans l'affaire, par exemple, du bâtiment français *Louis*, capturé en 1820 sur la côte d'Afrique comme faisant la traite, en déclarant cette prise illégale, attendu que le droit de visite en pleine mer n'existe pas en temps de paix.

Lord Stowel, dans la décision de cette affaire, alléguait, comme argument spécial, que, même en admettant que la traite fût effectivement prohibée par les lois municipales de France, ce qui était douteux, le droit de visite, étant un droit exclusivement belligérant, ne pouvait, selon le droit des gens, être exercé en temps de paix pour que les tribunaux britanniques pussent rendre effective cette prohibition à l'égard de la propriété de sujets français.

En prononçant la sentence du tribunal suprême de l'amirauté dans cette affaire, lord Stowel déclara aussi que la traite, bien qu'injuste et condamnée par les lois municipales de l'Angleterre, n'était ni piraterie ni crime selon le droit absolu des gens.

En effet, si une nation avait un semblable droit, elles devraient toutes l'avoir, et alors il causerait des maux incalculables, et peut-être la guerre universelle.

Que l'Angleterre n'a pas ce droit sur les navires des autres nations, c'est ce que d'ailleurs reconnaissent et proclament les traités mêmes que l'Angleterre a célébrés; car tous ces traités le stipulent expressément, comme l'avaient stipulé ceux de 1815 et 1817 entre le Portugal et l'Angleterre, traités qui, mis en vigueur par la convention du 23 novembre 1826 entre l'Angleterre et le Brésil, ont expiré le 13 mars de l'année courante.

De ce qui vient d'être exposé et démontré résulte avec toute évidence que l'acte voté comme loi par le parlement britannique, et sanctionné par la reine de la Grande-Bretagne le 8 du mois d'août de l'année courante, sous prétexte de mettre en vigueur les dispositions de l'article 1<sup>er</sup> de la convention célébrée entre les couronnes du Brésil et de la Grande-Bretagne le 23 novembre 1826, ne peut se fonder ni sur le texte ni sur l'esprit de l'article précité; qu'il blesse les principes les plus clairs et les plus positifs du droit des gens, et enfin qu'il porte atteinte à la dignité et à l'indépendance du Brésil, aussi bien qu'à celles de toutes les nations.

Par ces motifs, le soussigné, ministre et secrétaire d'état des affaires étrangères, au nom et par l'ordre de Sa Majesté l'Empereur, son auguste souverain, proteste contre l'acte ci-dessus mentionné, comme évidemment abusif, injuste, attentatoire aux droits de dignité et d'indépendance de la nation brésilienne; et ne reconnaissant aucune de ses conséquences que comme des effets et des résultats de la force et de la violence, fait ses réserves dès à présent pour toutes les pertes



et dommages que viendrait à en souffrir le commerce licite des sujets brésiliens, auxquels les lois promettent et Sa Magesté l'Empereur doit une constante et efficace protection.

Le gouvernement impérial, faisant néanmoins céder toute autre considération aux généreux sentimens de justice et de philanthropie qui l'animent et dirigent tous ses actes, continuera à employer tous ses efforts à la répression de la traite suivant les lois du pays, et souhaite ardemment que le gouvernement de Sa Magesté Britannique en vienne à accéder à un accord qui, tout en respectant les intérêts du commerce licite des sujets brésiliens, atteigne le but désiré de mettre un terme à un trafic que tous les gouvernemens éclairés et chrétiens déplorent et condamnent.

Le soussigné, par ordre de Sa Magesté l'Empereur, son auguste souverain, transmet le présent protêt à M. Hamilton Hamilton, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de Sa Magesté Britannique, pour qu'il le fasse parvenir à son gouvernement, et profite de cette occasion pour lui renouveler les expressions de sa parfaite estime et de sa considération distinguée.

ANTONIO PAULINO LIMPO DE ABREU.

---



# **PROTEST**

AGAINST

**AN ACT OF THE BRITISH PARLIAMENT,**

WHICH PASSED INTO LAW ON THE 8<sup>th</sup> AUGUST 1845,

**WHEREBY BRAZILIAN VESSELS,**

engaged in the slave trade,

become amenable to the High Court of Admiralty of Great Britain,  
and to any and every court of Vice-Admiralty

WITHIN THE BRITISH DOMINIONS.



**RIO DE JANEIRO,**

**PRINTED BY J. VILLENEUVE & COMP.,**

RUA D'OUVIDOR, N. 65.

1845.



# PROTEST.

---

FOREIGN OFFICE.—RIO DE JANEIRO, OCTOBER 22, 1815. •

His Majesty the Emperor of Brazil, my August Sovereign, heard, with the most profound regret, that Her Majesty the Queen of Great Britain had, on the 8th day of August last, approved and sanctioned, an Act of Parliament which conferred upon the High Court of Admiralty and upon any and every Court of Vice Admiralty within the Dominions of Her Britannic Majesty, the right to take cognizance of and adjudicate any vessel under the Brazilian flag, which, in violation of the convention of the 23rd November 1826, may be engaged in the Slave Trade and be detained and captured by any person in the service of Her said Majesty.

As soon as this Act was presented to Parliament by the British Government, the Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary of His Majesty the Emperor of Brazil at the Court of St James', protested against it, conformably to his duty, by a note of which the enclosed is a copy, and which, under date of the 25th day of July last, he addressed to Lord Aberdeen, Her Britannic Majesty's Principal Secretary of State for Foreign Affairs.

His Majesty the Emperor, to whom the protest made by His Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary at the Court of St James' was submitted, has commanded the undersigned, Minister and Secretary of State for Foreign Affairs, to approve and confirm the said protest, and to enter into a detailed exposition of the facts and of the right of the Imperial Government to declare itself, with all the energy arising from a consciousness of justice, against an Act which so directly invades the Sovereign Rights and Independence of Brazil, as well as of those of every other Nation. Such is the command with which the undersigned, immediately proceeds to comply.

By the Treaty of the 22nd January 1815, the Government of the United Kingdom of Portugal, Brazil and Algarves became engaged to abolish the slave trade to the northward of the Equator, and to adopt,

in concert with Great Britain, such measures as might most effectually tend to the due performance of the preceding engagement, reserving to be determined, by a separate Treaty, the period when the slave trade should wholly cease and be prohibited throughout the Portuguese Dominions.

For the faithful and effectual fulfilment of the obligations contracted by the Treaty of the 22nd January 1815, the additional convention of the 28th July 1817 was concluded.

By this convention, amongst other stipulations, the right of visit and the establishment of Mixed Commissions to adjudicate the prizes made by the cruizers of the High Contracting Powers, was mutually agreed to, and, on the same day, the Plenipotentiaries of the two Governments signed the Instructions for the vessels of war destined to prevent the slave trade, and the Regulations for the Mixed Commissions.

On the 11th September of the same year of 1817 a separate article was signed in London and afterwards duly ratified by the Portuguese Government, by which it was mutually agreed, that as soon as the total abolition of the slave trade should take place, the two High Contracting Powers would adapt, to the new state of things, the stipulations of the additional Convention of the 28th of July of the said year, and it was further mutually agreed, that, in default of such alterations, the aforesaid additional Convention should be in force for and until the expiration of fifteen years from the date at which the total abolition of the slave trade should take place on the part of Portugal.

By Art. 1 of the convention concluded between Brazil and Great Britain on the 23rd November 1826, and ratified on the 13th March 1827, it was agreed, that, from and after the expiration of three years from the date of the exchange of the ratifications, it should no longer be lawful, under any pretext or in any manner whatsoever, for Brazilian Subjects to be concerned in the carrying on of the Slave Trade, and that the carrying on of such trade after that period by any Subject of His Imperial Majesty, should be considered and treated as piracy.

By Art. 2 of said Convention, the High Contracting Powers agreed to adopt and renew, as effectually as if the same were inserted, word for word, in said convention the several articles and provisions of the treaties concluded, between His Britannic Majesty and the King of Portugal, on this subject, on the 22nd of January 1815 and on the 28th of July 1817, and the several explanatory articles which had been added thereunto.

One of the conventions thus adopted and renewed, by Art. 2 of the convention of 1826, having been that of the 28th July 1817, which established the right of visit and the mixed commissions, and one of the

explanatory articles, likewise adopted and renewed by the aforesaid Convention of 1826, having been the separate article of the 11th September 1817, by which the right of search and the mixed commissions were to cease after the expiration of fifteen years from the date of the abolition of the slave trade, it is evident that the right of visit and search, exercised in time of peace, by the british cruizers against brazilian vessels, and the mixed commissions established for the adjudication of prizes made by british cruizers or by brazilian cruizers, expired on the 13 th March 1845, the period at which were completed the fifteen years subsequent to the total abolition of the slave trade, conformably to Art. 1 of the Convention of the 23rd November 1826, which was ratified on the 13 th March 1827.

The expiration of this period and of the measures stipulated in the additional Convention of the 28th July 1817, were what the Government of His Majesty the Emperor of Brazil notified to Her Brittanic Majesty's Government, through the medium of the British Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary at this Court, in a note under date of the 12th of March last, in which note was further signified, that, in as much as six months had been agreed to be given, to such brazilian vessels as had left the coast of Africa before the 13th March to return to the ports of the Empire, the Imperial Government would consent that the Mixed Commissions should continue in force six months longer, for the especial purpose of adjudicating such cases as were pending, and such other seizures or detentions as may have occurred prior to the said 13th of March.

The Imperial Government was not to blame, if, prior to the expiration of the fifteen years before-named, it was not possible for the Imperial Government and the Government of Great Britain to come to a just and reasonable agreement with the view to adapt, to the new state of circumstances arising from the total abolition of the slave trade, the measures contained in the additional Convention of the 28th July 1817.

It is an incontrovertible truth that in the year 1835, and from 1840 to 1842, the Imperial Government invariably evinced the most ardent desire to give every due attention to the various negotiations proposed by the Government of Great Britain. If none of those negotiations could be effectually concluded or ratified, the reason was that the Imperial Government had only the alternative of rejecting the propositions made, or of subscribing to the complete ruin of the legal trade of the subjects of Brazil, which on the contrary it was the express duty of the Imperial Government to foster and protect. The choice could not be doubtful to a Government conscious of its duties.

In fact, all the proposals made, within the period referred to, by the British Government, contained, independently of other glaring defects, that of establishing various cases, each of which, would of itself, be deemed *prima facie* evidence to condemn any vessel suspected of being engaged in the slave trade.

Some of these cases, for instance, the fact of two boilers though of the usual size, being on board of any vessel, could not without violating the most ordinary rules of right, be tortured into the remotest evidence that the vessel was intended for the slave trade; still, according to the terms of these proposals, each of these cases would be sufficient to authorize the condemnation of such vessel and her cargo, to the prejudice and total destruction of the legal trade of Brazilian subjects.

This was declared and made evident to the Government of Her Britannic Majesty, in the notes of the Imperial Government of the 8th February and 20th August 1841, and 17th October 1842.

Amidst these exaggerated pretensions, the Imperial Government did not omit to propose, to that of Great Britain, such measures as, in its judgment, were deemed likely to conciliate the suppression of the slave trade with the interests of the lawful commerce of Brazilian subjects; having, in the year 1841, offered a counter-project, which contained all the clauses adequate to the two-fold purpose which the Imperial Government anxiously and sincerely sought to obtain.

Unfortunately, the discussion of this counter-project could not proceed, because Her Britannic Majesty's Minister was not furnished with full powers, as was stated by the Minister of Foreign Affairs in the notes of the 26th August 1841 and 17th October 1842.

Notwithstanding, however, that the Imperial Government could not, from the motives of justice already assigned, acquiesce in the proposals of Her Britannic Majesty's Government, several Brazilian vessels were captured by British cruisers, and judged and condemned by British Commissioners, as suspected of being engaged in the slave trade, in violation of the instructions and regulations annexed to the Convention of the 23th July 1817, though in accordance with the basis of the rejected proposals; and, notwithstanding the repeated remonstrances made by the Imperial Government against these violations of the existent Treaties and Conventions, by means of these proceedings, to none of those remonstrances has full and complete justice yet been done.

It is thus quite evident that the act notified to Her Britannic Majesty's Government, under date of 12th March last, was, without diminishing the earnest desire of the Imperial Government for the suppression of the Slave trade, nothing more than a faithful compliance with the Treaties and Conventions existent between the Imperial Government and that of Her Britannic Majesty.



The especial stipulations between the Imperial Government and that of Great Britain, which authorized, in time of peace, the right of visit and the mixed commissions, having evidently ceased, the reestablishment of those measures, or the substitution of others could only be effected by a new agreement and understanding between the two Governments.

It is a principle of the Law of Nations that the government of one country cannot exercise any act of jurisdiction over the property and individuals in the territory of another.

The visit and search, on the high seas, in time of peace, as well as the adjudications, are, more or less, acts of jurisdiction. That right is moreover belligerent.

Notwithstanding the evidence of these principles, the Government of Her Britannic Majesty, by virtue of an Act sanctioned by Her Majesty on the 8th August last, did not hesitate to put into execution the threat previously made through the Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary of Her Britannic Majesty at this Court, in a note dated the 23rd July last, by which act Brazilian vessels engaged in the slave trade, are rendered amenable to the British Courts of Admiralty and Vice Admiralty.

In this Act, it is impossible not to recognize that unjustifiable abuse of force which threatens the rights and prerogatives of all free and independent nations. It is similar to that of which Portugal became the victim in 1839, and which likewise passed into law, despite the opposition of the Duke of Wellington, one of the most eminent statesmen of England, who, in the House of Lords, on the 11th of August 1839, strenuously remonstrated against the right of visit and search, in time of peace.

If this violence is now sought to be palliated by the great interest which exists for the suppression of the slave trade, it is unquestionable that the end sought to be obtained cannot justify the iniquity of the means employed; and no surprise ought to be created, if, under the pretext of protecting other interests, the counsels of reason and universal public rights, upon which the security and peace of nations depend, be substituted, in the Tribunals of the most powerful nations, by force and violence.

To justify the legislative enactment by which the English Courts are empowered to take cognizance of Brazilian vessels engaged in the Slave trade and captured, the British Government cites Art. 1 of the convention which was concluded on 23rd November 1826 between Brazil and Great Britain, by which convention the Slave trade on the Coast of Africa was abolished.

But this Article is very far from authorizing the right which the British Government claims and usurps.

By this article the Imperial Government is bound; 1<sup>st</sup> to forbid Brazilian Subjects to be engaged in, and entirely to abolish the slave trade within three years of the exchange of the ratifications, that is, from and after the 13<sup>th</sup> March 1830; 2<sup>ndly</sup> to consider and treat the trade, on the part of Brazilian Subjects, as piracy.

With respect to the first obligation, there neither is nor can be any doubt; and, as regards the second, it is clear that the intervention of the British Government, with reference to the trade carried on by Brazilian Subjects, is limited to the right of demanding from the Imperial Government an exact and a punctual observance of the treaty, and nothing more.

The letter of Art. 1 of the Convention comprehends only Brazilian subjects, and the illicit trade which may be carried on by them.

It will not be denied that the crimes committed within the territories of any Nation, can only be punished by the authorities of that Nation, nor will it be contested that the vessels of every nation form part of her territory; for this reason amongst others, that the crimes committed on board of them are only punishable by the laws of the country to which the vessel may belong.

It would be absurd to recognize the right of the British Government to punish Brazilian Subjects, either in person or in property, for crimes committed within the territory of the empire, without very express, clear, and positive delegation of this power from the Sovereign of Brazil to the Sovereign of Great Britain, and where, in the Treaty, is this clear and positive delegation of power to be found?

To assume, under the pretence of interpretation, the delegation of a sovereign power which is not expressly granted, would be an infringement of the first principle of the art of interpretation, which is, that it is not allowable to interpret that which needs no interpretation.

When an act is worded in clear and precise terms, when its meaning is manifest and does not lead to any absurdity, there can be no reason for objecting to that meaning which the act naturally presents. To have recourse to conjecture for the purpose of extending or contracting the meaning of an act, is tantamount to an evasion of it.

And, moreover, to assume in this case, the delegation of sovereign power on the part of the Imperial Government to that of Great Britain, without a like delegation from the latter to Brazil, would, if indeed any obscurity existed in the Article, be opposed to another rule of interpretation, which is, that every thing which tends to destroy the equality

of a contract is odious ; and in such case it would be necessary to interpret the words in their most restrictive sense , in order to avert the onerous consequences which might arise from the strict and literal meaning, or the odium which might be contained in the contract.

The spirit of the second part of the Convention of the 23<sup>rd</sup> November 1826, is not more favorable to the pretensions of the British Government, to adjudicate , in the Admiralty and Vice Admiralty courts of Great Britain , Brazilian vessels suspected of being engaged in the slave trade.

The traffic is, by the said article, considered as piracy , only by a fiction of law, and it is well known and universally admitted, that fictions of law are only effectual for the purposes for which they are created.

In truth, the traffic is more hazardous, than is robbery on the high seas, less difficulty exists in discovering and convicting those who are engaged in it than in cases of piracy, and moreover, the traffic does not threaten the maritime trade of the world as piracy does ; hence the penalty of being engaged in it cannot be as severe as that which all nations award to piracy, without being deemed tyrannical.

This truth even England has, herself, acknowledged in the various treaties which she has been enabled to conclude, with other nations , for the suppression of the traffic ; for, in almost all of these, it has been stipulated, that the penalty of detection in the traffic should not be the same as in cases of piracy, according to the Law of Nations.

So certain is it that the piracy mentioned in Art. 1 of the Convention of 1826, is not the piracy acknowledged by the law of Nations, that the two High Contracting Powers judged the stipulations contained in Art. 2, 3 and 4 indispensable.

If England had considered herself authorized, by Art 1, to capture and adjudicate in her courts, Brazilian subjects and vessels engaged in the traffic, she would not have sought to obtain, by Art. 2, 3 and 4, special authority to visit, search and capture the said vessels, to have them adjudicated by Mixed Commissions, and various other measures in the like sense.

How the traffic can now be deemed piracy, according to the Law of Nations, cannot be conceived, when so late as the year 1807, Lord Eldon, one of the first judicial authorities of England, in opposing, in Parliament, the abolition of Slavery, contended, that the slave trade « had been sanctioned by parliaments in which sat the wisest lawyers, the most learned divines and the most excellent statesmen » : — when Lord Hawksbury, afterwards Earl of Liverpool, moved that the words « inconsistent with the principles of justice and humanity » should be

« struck out of the preamble to the bill » (slave trade abolition bill) : — when the Earl of Westmoreland declared that though he should « see the « Presbyterian and the Prelate, the Methodist and the field preacher, « the Jacobin and the murderer unite in favor of the measure of abolition, » he would raise his voice against it in Parliament.

Nor can it be conceived how the traffic can now be considered piracy, according to the Law of Nations, when, not many years since, even England did not consider herself degraded by trading in African Slaves, and when, a short time only has elapsed since other civilized Nations proscribed the trade

At this very period, Indian Slaves are possessed by Great Britain.

Russia, France, Spain, Portugal, the United States, Brazil, and other Powers have not yet abolished Slavery.

It is thus obvious, that acts which are still practised by so many nations, and which, some few years since, were practised by all the world, cannot with justice be deemed piracy, except between Nations who have expressly agreed so to consider them, in their Treaties.

If the african slave trade is not piracy, according to the Law of Nations, if, by the Convention of 1826, Brazil did not arm England with the right to adjudicate as piracy, and punish the persons and confiscate the property of Brazilian subjects suspected of being engaged in the slave trade, it is evident that England cannot exercise that right, by means of her Tribunals, without offending the sovereignty and independence of Brazil.

Nor has Great Britain, hitherto, considered herself armed with this right against the subjects of Brazil who may have been engaged in the slave trade; but, on the contrary, she has expressly acknowledged the incompetency of her courts to try such cases.

In the correspondence which took place between the Imperial Government and the British Legation on the 31st October 1843, and other dates, in consequence of Manoel José Madeira, a brazilian subject, who, having been taken on board the schooner *Tartaruga*, said to have been engaged in illicit trade, was detained on board of the said schooner and sent to the Cape of Good Hope, the Minister of Her Brittanic Majesty at this Court, declared, in a note dated the 12th November of the same year that this individual, as well as others found on board the *Tartaruga*, had been sent to the Cape of Good Hope, because their evidence might be necessary, upon the trial of the vessel in the Vice-Admiralty Court, to prove acts of piracy. And, in fact, as soon as the vessel was adjudicated, Madeira and the other prisoners returned to this country, as is proved by the official correspondence above-named.

That this is the only interpretation which can be given to the Treaty

of the 23rd November 1826 is further proved, by comparing the afore-said Art. 1, with the Treaties which England has concluded with other nations,

It is easy to consult the Treaties concluded with the Argentine Republic on the 24th May 1839, with Bolivia on the 25th September 1840, additional articles under the same date and Acts or Instruments annexed, with Chili on the 19th January 1839, additional articles, under the same date and Acts or Instruments annexed, with Haiti on the 23rd December 1839, with Mexico on the 24th February 1841, additional articles, under the same date, with Texas on the 16th November 1841, Acts or Instruments annexed, and declaration signed at Washington on the 16th February 1844, with Uruguay on the 13th June 1839, additional articles, under the same date and Acts or Instruments annexed and with Venezuela on the 15th March 1839.

It is manifestly evident, in every one of these Treaties, that both the High Contracting Powers engage to concert and establish, by means of Conventions, the details of the measures necessary for enforcing, immediately and reciprocally, in accordance with the legislative enactments of the respective contracting Powers, the law of piracy, which will then be made applicable to the traffic, in as far as regards the vessels and subjects of each country.

If the fact of the traffic being considered piracy were sufficient to enable the nations, by whose vessels the captures were made, to try the vessels and persons, by their own Tribunals, it would be needless, either that the traffic be declared piracy in the afore-named treaties, or that the two Contracting Powers be bound to enact especial laws for the punishment of such of their subjects or citizens as may be engaged in the traffic.

If, the mere declaration that the slave trade is piracy, did not deprive brazilian subjects and their property of the right of being tried by the authorities of their own Country, so likewise their vessels were not liable to be visited, searched, and captured by british cruisers.

It has already been shewn that the Law of Nations does not recognize in time of peace, the right of visit and search, on the high seas. The British Tribunals have, at various times, recognized this principle, as occurred in the case of the french vessel *Louis*, captured in the year 1820, on the coast of Africa, for being engaged in the slave trade; upon this occasion, the capture was declared null and void, because the right of visit and search, on the high seas, does not exist in time of peace. Lord Stowell, alleged that « even admitting that the trade had been actually prohibited by the municipal

« laws of France (which was doubtful), the right of visitation and « search (being an exclusively belligerent right), could not, consis- « tently with the Law of Nations, be exercised in time of peace, to en- « force the prohibition by the british courts, upon the property of « french subjects.» In pronouncing the judgment of the High Court of Admiralty, in the same case, His Lordship held moreover, « that the « slave trade, though unjust and condemned by the statute-law of « England, was not piracy, nor was it a crime by the universal law of « nations.»

In fact, if such a right be vested in any one Nation, it ought equally to belong to every Nation, and would lead to incalculable evil, perhaps to universal war.

That this right over the vessels of other Nations, does not belong to England, is not only recognized, but is admitted in the Treaties concluded by that country; for, in all these such is expressly stipulated, as it likewise was in the treaties concluded, between Portugal and Great Britain, in 1815 and 1817, which treaties, having been continued, by the Convention of the 23rd November 1826, between England and Brazil, expired on the 13th March of the present year.

From what has been stated and demonstrated, it is evident, that the Act which passed the British Parliament, and was sanctioned by Her Majesty the Queen of Great Britain on the 8th August last, under the pretext of carrying into effect the dispositions of Art. 1 of the Convention concluded between the Crowns of Brazil and Great Britain, on the 23rd November 1826, cannot be based either upon the letter or the spirit of the said article, is opposed to the most clear and positive principles of the Law of Nations, and finally, is an infringement of the Sovereignty and Independence of Brazil, as well as of those of other Nations.

Therefore, the undersigned, Minister and Secretary of State for Foreign Affairs, in the name, and by the command of His Majesty the Emperor, his August Sovereign, protest against the afore-recited Act, as offensive and unjust, and as infringing upon the Sovereign Rights and Independence of the Brazilian Nation; not recognizing any of its consequences, except as the result of force and violence; claiming, at once, for all and every detriment, loss and damage which may result therefrom to the legal trade of the subjects of Brazil, to whom the laws promise, and His Majesty the Emperor owes, constant and efficient protection.

Nevertheless, the Imperial Government, preferring to all other considerations, the noble sentiments of justice and philanthropy by which, in all its acts, it is animated and guided, will continue to employ all its ef-

forts, in accordance with the Laws of the Country, for the suppression of the slave trade, and the Imperial Government earnestly desires that the Government of Her Britannic Majesty may accede to an agreement, which, whilst it respects the interests of the legal trade of Brazilian subjects, may attain the desired end of causing that commerce to cease, the existence of which is deplored and condemned by all enlightened and Christian Governments.

The undersigned, by the Command of His Majesty the Emperor, his August Sovereign, transmits this protest to Hamilton Hamilton Esquire, Her Britannic Majesty's Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary, that the same may be submitted to the Government of Her Britannic Majesty, and he avails himself of this opportunity, to reiterate to Mr. Hamilton the expression of his perfect esteem and high consideration.

ANTONIO PAULINO LIMPO DE ABREU.

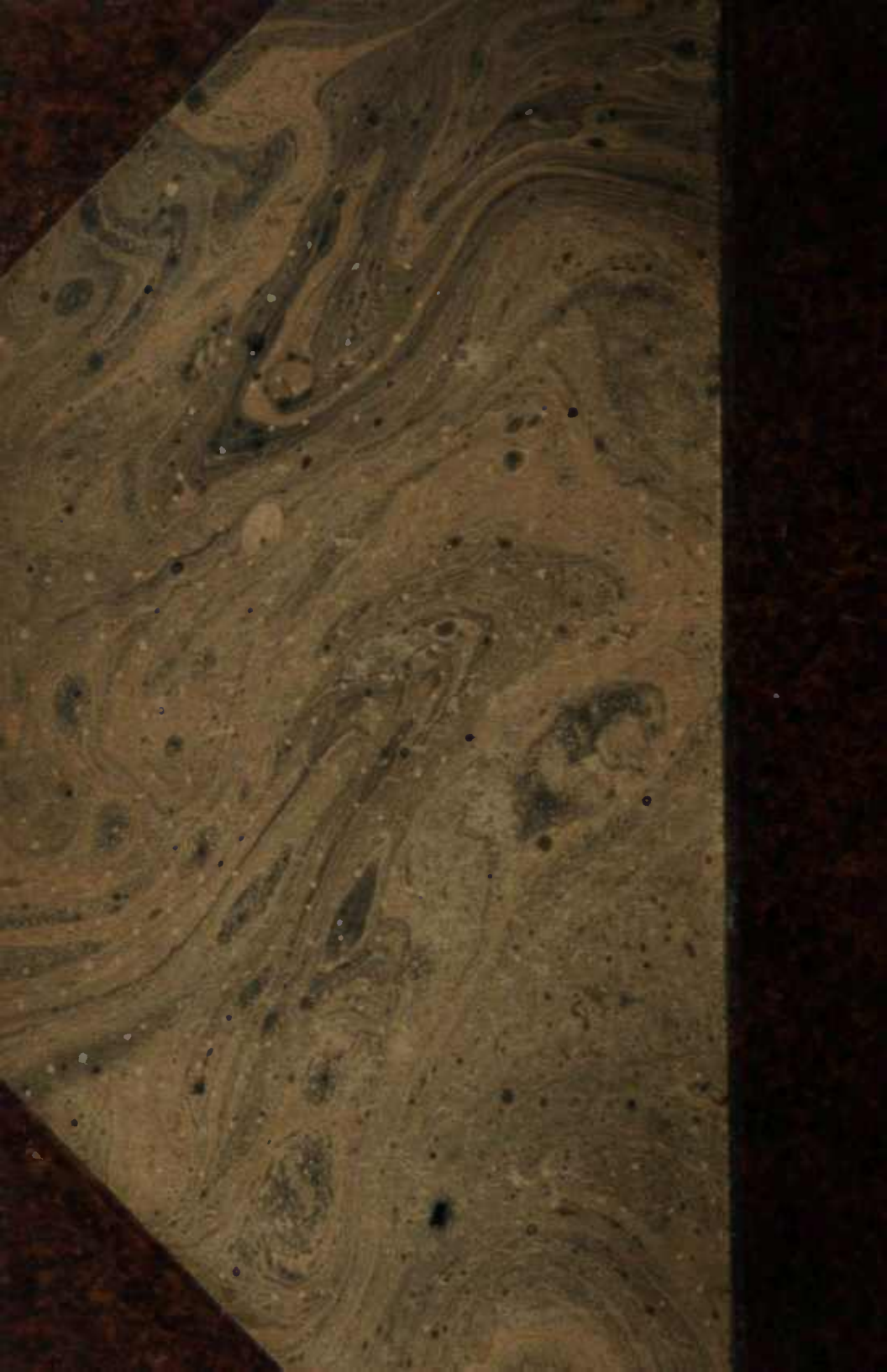












## BRASILIANA DIGITAL

### ORIENTAÇÕES PARA O USO

Esta é uma cópia digital de um documento (ou parte dele) que pertence a um dos acervos que participam do projeto BRASILIANA USP. Trata-se de uma referência, a mais fiel possível, a um documento original. Neste sentido, procuramos manter a integridade e a autenticidade da fonte, não realizando alterações no ambiente digital - com exceção de ajustes de cor, contraste e definição.

**1. Você apenas deve utilizar esta obra para fins não comerciais.** Os livros, textos e imagens que publicamos na Brasiliiana Digital são todos de domínio público, no entanto, é proibido o uso comercial das nossas imagens.

**2. Atribuição.** Quando utilizar este documento em outro contexto, você deve dar crédito ao autor (ou autores), à Brasiliiana Digital e ao acervo original, da forma como aparece na ficha catalográfica (metadados) do repositório digital. Pedimos que você não republique este conteúdo na rede mundial de computadores (internet) sem a nossa expressa autorização.

**3. Direitos do autor.** No Brasil, os direitos do autor são regulados pela Lei n.º 9.610, de 19 de Fevereiro de 1998. Os direitos do autor estão também respaldados na Convenção de Berna, de 1971. Sabemos das dificuldades existentes para a verificação se um obra realmente encontra-se em domínio público. Neste sentido, se você acreditar que algum documento publicado na Brasiliiana Digital esteja violando direitos autorais de tradução, versão, exibição, reprodução ou quaisquer outros, solicitamos que nos informe imediatamente ([brasiliiana@usp.br](mailto:brasiliiana@usp.br)).